

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS - CAMPUS DO LITORAL PAULISTA

ISABELLA POLLI CAMPOS ANDRADE

**ALIMENTOS GUARANI *MBYÁ* NA AMÉRICA LATINA: UMA REVISÃO
INTEGRATIVA**

SÃO VICENTE - SP

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS - CAMPUS DO LITORAL PAULISTA

ISABELLA POLLI CAMPOS ANDRADE

**ALIMENTOS GUARANI MBYÁ NA AMÉRICA LATINA: UMA REVISÃO
INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho - Instituto de Biociências, Câmpus do Litoral Paulista (UNESP-IB/CLP) como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas com Habilitação em Gerenciamento Costeiro.

Orientador: Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

SÃO VICENTE - SP

2022

A553a	<p>Andrade, Isabella Polli Campos</p> <p>Alimentos Guarani Mbyá na América Latina: uma Revisão Integrativa / Isabella Polli Campos Andrade. -- São Vicente, 2022</p> <p>45 p. : tabs., fotos</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, São Vicente</p> <p>Orientador: Davis Gruber Sansolo</p> <p>1. Alimentação. 2. Revisão Bibliográfica. 3. Guarani Mbyá. 4. Meio Ambiente. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, São Vicente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é assinado por muitas mãos. Assim como a essência humana, que é social e coletiva, a execução desta monografia foi respaldada por inúmeras pessoas, e espero ser justa para citar aqui a maioria delas. Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Elisabete Polli, que me deu a vida e a coragem para finalizar essa etapa. Sou grata ao suporte da minha família, em especial meu pai João Caetano, minhas avós Lourdes e Maria Geralda, minhas tias Adriana e Elisa, minha prima/irmã Munick, meus primos Pablo e Theo, meus padrinhos Edmur e Maria e em memória, meu avô Nelson.

Nos momentos de aflição e felicidade, pude contar com muitos amigos. Aos companheiros da turma XV, todo o meu carinho. Àqueles que foram minha segunda família dividindo a vida e a casa: Vitor, Gabriela, Mariana, Bruna, Carol e Letícia, obrigada! Minhas amigas de longa data Jady, Carol, Karla e Marcella, agradeço pela permanência e cumplicidade. Ao Julio, obrigada por me incentivar a cursar biologia. Meus presentes da graduação: Carol e Bruna, sou eternamente grata pela nossa amizade. Marina e Lia, que bom que os rumos da vida nos aproximaram e nos trouxeram tantos momentos bons. A todos os amigos da Rep. Xablau, pra sempre vou lembrar do clima acolhedor e divertido, e agradeço ao Miguel pela sua personalidade única.

À Bianca e Giovanna, um agradecimento especial pela amizade e por me apontarem as direções para a execução deste trabalho. Aos amigos vicentinos: Guilherme, Danielle, Danilo, Nathália, Lucas F. e Calú, muito obrigada pelo acolhimento. Ao longo desses anos, conheci duas mulheres bertioguenses que, de maneiras diferentes, me ajudaram imensamente. Inês e Priscila, gratidão por tudo que fizeram por mim!

Agradeço à orientação do Professor Davis Sansolo, que ao longo da graduação incentivou e confiou imensamente no meu trabalho. Saúdo a todos os companheiros do Projeto AgroEcos, onde pude constatar a potência da coletividade. Aos indigenistas Mariany e Rodrigo, muito obrigada pelas contribuições, ambos são uma inspiração. À todos da aldeia Paranapuã, agradeço a receptividade nas ocasiões de visita e aos profundos ensinamentos de vida. Aguyjevete!

*“In nature’s economy, the currency is not money -
it is life”*

Vandana Shiva

RESUMO

(Alimentos Guarani *Mbyá* na América Latina: uma Revisão Integrativa).

A alimentação Guarani *Mbyá* é dotada de aspectos simbólicos que evidenciam sua identidade cosmológica e étnica. A compreensão dos hábitos alimentares deste grupo pode elucidar questões sobre dinâmicas territoriais e agrícolas. Este trabalho objetiva a sumarização das informações dispostas na literatura sobre os alimentos produzidos e/ ou consumidos nas aldeias *Mbyá* na América Latina a partir da metodologia da revisão bibliográfica integrativa. Foram analisadas as formas de obtenção dos alimentos, formas de cultivo e levantamento das espécies representadas, além da incidência de etnovariedades. A diversidade de alimentos constatada deu a dimensão do papel do combate à hegemonia cultural e econômica imposta pelos não indígenas, além das consequências e sequelas socioambientais vividas pelas comunidades. Constata-se que o modo de vida *Mbyá* Guarani assegura a preservação da biodiversidade, sendo relevante evidenciar esta relação a fim de extinguir a lógica preservacionista que expurga estes povos de seus territórios ancestrais com argumentos enviesados. A partir desta concepção, possivelmente pode-se estabelecer cooperações com os não indígenas para o interesse afim de um meio ambiente ecologicamente equilibrado estipulado pela Constituição Federal brasileira.

Palavras-chave: Guarani *Mbyá*. Alimentação. Revisão Bibliográfica. Soberania Alimentar. Meio Ambiente.

ABSTRACT

(Guarani *Mbyá* foods in Latin America: an integrative review)

The Guarani *Mbyá* food is endowed with symbolic aspects that show its cosmological and ethnic identity. Understanding the eating habits of this group can clarify questions about territorial and agricultural dynamics. This work aims to summarize the information available in the literature on the food produced and/or consumed in *Mbyá* villages in Latin America, based on the methodology of integrative bibliographic review. The ways of obtaining food, ways of cultivation and survey of the represented species were analyzed, in addition to the incidence of ethnovarieties. The food diversity found gave the dimension of the role of combating the cultural and economic hegemony imposed by non-indigenous people, in addition to the socio-environmental consequences and sequels experienced by the communities. It appears that the *Mbyá* Guarani way of life ensures the preservation of biodiversity, and it is important to highlight this relationship in order to extinguish the preservationist logic that purges these peoples from their ancestral territories with biased arguments. From this conception, it is possible to establish cooperation with non-indigenous people in the interest of an ecologically balanced environment stipulated by the Brazilian Federal Constitution.

Keywords: Guarani *Mbyá*. Food. Literature review. Food Sovereignty. Environment.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OBJETIVOS	11
3. METODOLOGIA.....	12
3.1 - Definição da pergunta de pesquisa:	12
3.2 - Definição da estratégia de busca e da amostragem:	13
3.3 - Definição dos descritores:	13
3.4- Definição dos critérios de inclusão e exclusão:.....	14
3.5 - Método da seleção de dados:.....	15
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	16
4.1 - Categorização dos estudos selecionados:	16
4.2 - Metodologia das publicações:	18
4.3 - Alimentação e Território para os Mbyá:	19
4.4 - Demarcação de Terras Indígenas: conflitos de sobreposição com Unidades de Conservação (UC):.....	22
4.5 - Diversidade de alimentos nos territórios analisados:	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34
7. ANEXOS	42

1. INTRODUÇÃO

A alimentação é assegurada pela Constituição Brasileira como direito social, dispendo de instrumentos nacionais e internacionais para a promoção da seguridade nutricional (BRASIL, 1998). Além da interpretação usual do verbo, o ato de alimentar-se carrega significados muito mais profundos e que variam conforme os grupos humanos. Em todas as culturas, aquilo considerado apto para comer representa apenas uma seleção limitada de tudo o que é potencialmente comestível (JAMES, 1990). O papel simbólico da comida é diverso e único para cada cultura, onde ingredientes e pratos podem ser viáveis ou não para a composição do hábito alimentar. DaMatta (1987) define que “toda a substância nutritiva é alimento, mas nem todo alimento é comida”. A seleção do que será ingerido pode pautar-se por questões de gosto, nutrição, tradição, crenças, status, limitação, etc.

Considerando os critérios que definem os hábitos alimentares, o expoente cultural e étnico é crucial (TEMPASS, 2005). Tratando-se dos direitos dos povos indígenas, que incluem a alimentação, a Constituição Brasileira de 1988 legitima:

Art 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

As últimas projeções censitárias sobre a população indígena no Brasil totalizam 896 mil indivíduos (IBGE, 2012). Dentre as 305 etnias estimadas, um dos grupos mais numerosos é o dos Guaranis, que totaliza 67.523 pessoas (IBGE, 2012). Conforme a classificação de Schaden (1962), os Guaranis que vivem no Brasil subdividem-se em três: *Ñandeva*, *Kaiowá* e *Mbyá*. A diversidade étnica e ecológica presente no território latino-americano agrega também os diferentes hábitos alimentares.

Este estudo trata-se da parcialidade étnica Guarani *Mbyá*, que totaliza 8.026 pessoas apenas no território brasileiro e estão distribuídos nos estados do Espírito Santo (ES), Pará (PA), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), São Paulo (SP) e Tocantins (TO) (IBGE, 2012). Esse grupo distribui-se para além do Brasil, vivendo também no Paraguai, Argentina e Uruguai, conforme descrito por Ladeira e Matta

(2004). Estima-se que a população *Mbyá* atual na América Latina esteja em torno de 27.380 pessoas (LADEIRA, 2021).

Segundo Tempass (2007), a alimentação para os *Mbyá*-Guarani é uma das reivindicações e signos mais relevantes para suas lutas: “Um dos sinais diacríticos acionados pelos *Mbyá*-Guarani para delimitar suas fronteiras étnicas é a sua alimentação. As singularidades de seu sistema alimentar são um motivo de orgulho étnico para este grupo indígena.”

A cosmologia Guarani *Mbyá* preconiza a busca da “Terra sem Males”, uma espécie de paraíso na terra que se localiza além do mar, o que justifica o êxodo dessas populações para regiões litorâneas no Brasil, sendo reivindicados como territórios originários (LADEIRA, 2007). No entanto, esse objetivo perpassa as questões territoriais. Para atingir a “Terra sem Males”, é necessário atingir o *aguye*, definido por Badie (2015) como:

“(…) la gracia divina que permite ascender a la morada de los dioses sin pasar por el trance de la muerte, debía seguirse una dieta estricta que consistía casi exclusivamente en harina de maíz, miel de abejas nativas sin aguijón y carne de kochi.”

Compreende-se que as regras alimentares são fundamentais para o bem-estar espiritual e físico dos Guarani-*Mbyá*. Os processos de contato com os não indígenas (*jurua*) promoveram uma série de abalos no modo de vida (*nhandereko*) dos Guaranis e das populações indígenas como um todo, desde o período colonial (MAYMONE, 2017). Muitas aldeias ocupadas pelos *Mbyá* estão ambientalmente ameaçadas, desprovidas de recursos naturais para a sobrevivência dessas populações (KRIEGEL et al., 2014). Além disso, conflitos territoriais de várias espécies permeiam as dificuldades vividas pelos Guaranis para manutenção do *nhandereko* (SANTOS, 2019). Essa realidade dificulta a obtenção de alimentos tradicionais, forçando os *Mbyá* a consumirem alimentos oriundos dos *jurua*s (TEMPASS, 2007).

A luta dos Guaranis pelo seu bem viver e alimentação também reforçam a luta e o conceito da Soberania Alimentar, que é definida pela Via Campesina (2007) por:

“(…) el derecho de los pueblos a alimentos nutritivos y culturalmente adecuados, producidos de forma socialmente justa y ecológicamente sensible. La soberanía alimentaria implica el derecho de los pueblos a participar en la toma de decisiones y definir sus propios sistemas alimentarios, agrícolas, ganaderos y pesqueros”

O direito fundamental da alimentação não se restringe à ingestão e à nutrição, mas também se relaciona com aspectos culturais e produtivos. Desta forma, faz-se necessária a sistematização de estudos que geram dados importantes para salvaguardar a dignidade alimentar de populações indígenas, considerando seu modo de ser e viver.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Compreender a dimensão da literatura sobre estudos relacionados à alimentação de povos indígenas do subgrupo Guarani *Mbyá* na América Latina.

Objetivos Específicos:

- Catalogar as espécies vegetais consumidas nas aldeias Guarani *Mbyá*, relacionando os nomes científicos, nomes populares, nomes Guarani e etnovariedades;
- Sistematizar os dados obtidos;
- Discutir e analisar os resultados com base nos conceitos da Soberania Alimentar e da Cosmologia Guarani *Mbyá*.

3. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, definiu-se como metodologia a Revisão Bibliográfica Integrativa. Este tipo de estudo é uma subdivisão do método de Revisão Sistemática de Literatura, que busca responder uma questão específica e detém rigor metodológico para selecionar e avaliar criticamente os dados obtidos (BOTELHO et al., 2011). A Revisão Integrativa “envolve a organização e a discussão de um assunto de pesquisa” e “permite a síntese de conhecimento e a incorporação dos resultados de estudos significativos na prática” (BOTELHO et al., 2011; SOUSA et al., 2017).

A investigação do tema da alimentação Guarani *Mbyá* teve como base os protocolos metodológicos determinados por Sousa *et al.* (2017) e Souza *et al.* (2010), que incluem seis etapas:

- 1 - Definição da pergunta de pesquisa;

- 2 - Definição da estratégia de busca e da amostragem;
- 3 - Categorização dos estudos selecionados/documentação dos assuntos expostos;
- 4- Análise crítica dos estudos incluídos;
- 5 - Interpretação dos resultados;
- 6 - Apresentação da revisão/síntese.

3.1 - Definição da pergunta de pesquisa:

Para Souza (2010), a definição da pergunta norteadora deve ser clara e objetiva, pois determinará os critérios de seleção dos estudos e suas respectivas análises. Ela é estabelecida após análise exploratória da temática em meios eletrônicos (bases de dados) e manuais (contato com pesquisadores da área e materiais não publicados) (SOUSA et al., 2017).

A fim de compreender a dimensão da diversidade alimentar e das correlações ou divergências entre os diferentes agrupamentos Guarani *Mbyá* na América Latina, a pergunta definida foi:

“Quais são os alimentos de origem vegetal produzidos e/ou consumidos nas aldeias Guarani *Mbyá* na América Latina?”

3.2 - Definição da estratégia de busca e da amostragem:

Nesta etapa, foram estabelecidos os motores de busca dos materiais a partir da escolha de descritores, das bases de dados de critérios de inclusão ou exclusão dos trabalhos. O propósito é garantir a maior representatividade e relevância da amostra, conforme determinado por Souza et al. (2017).

A escolha das bases de dados deve levar em conta a confiabilidade e relevância e abrangência das mesmas (SOUZA et al., 2010). Desta forma, as bases selecionadas para a presente investigação detêm estudos de diversas temáticas, sobretudo na área das ciências humanas e multidisciplinares, além de serem plataformas de livre acesso e bastante reconhecidas. Foram elas:

- Scientific Electronic Library Online - Scielo,

- Periódicos Capes,
- REDALYC - Red de Revistas América Latina, Caribe, España y Portugal
- Scopus
- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

3.3 - Definição dos descritores:

Os descritores são termos indexados nas bases de dados a fim de agrupar assuntos relevantes e correlatos. Nas revisões sistemáticas, a definição dos descritores é crucial para a identificação apropriada dos materiais (SOUSA et al., 2017).

A partir das análises exploratórias, foram definidos os descritores “Alimentação” e “Guarani *Mbyá*”, pois apresentaram maior grau de generalização e alcance de publicações. Os descritores “*Food*” e “*Alimentación*” também foram incluídos a fim de sintetizar trabalhos nas línguas inglesa e espanhola. As buscas foram delimitadas com o uso do operador booleano “AND”, a fim de encontrar ambos os descritores nas publicações.

3.4- Definição dos critérios de inclusão e exclusão:

O refinamento da busca se dá a partir dos critérios de inclusão e exclusão. Esta etapa consiste na seleção dos materiais pertinentes à questão norteadora. Considerando a dispersão geográfica dos grupos Guarani *Mbyá*, determinou-se a abrangência total da territorialidade da América Latina na busca, além de considerar trabalhos em diversas línguas. Incluiu-se literatura cinzenta¹ produzida no Brasil a fim de amplificar as buscas. Trabalhos sem determinação de territorialidade não foram incluídos, pois não apresentavam dados pertinentes à pergunta de pesquisa. São os critérios:

De Inclusão:

¹ Para Botelho (2015), literatura cinzenta é a produção literária de circulação e difusão restrita e de caráter não comercial como, por exemplo, teses, relatórios, documentações técnicas, etc.

- (a) artigos científicos, dissertações de mestrado ou teses de doutorado em formato digital e disponíveis em formato aberto;
- (b) relativos ao território da América Latina;
- (c) sem período delimitado;
- (d) em língua portuguesa, inglesa ou espanhola;
- (e) que apresente a categoria de uso alimentício;
- (f) que trate sobre alimentos de origem vegetal.

De Exclusão:

- (a) trabalhos duplicados;
- (b) sem delimitação de território;
- (c) que tratem apenas de alimentos de origem animal.

3.5 - Método da seleção de dados:

A fim de extrair as informações de relevância, foi elaborado um instrumento analítico conforme proposto por Souza (2010), que se deu a partir de tabelas no software “Google Sheets”. Na tabela relativa à categorização primária, foram elencados os seguintes atributos de cada uma das publicações:

- Base de dados consultada;
- Tipo da literatura (A = artigo; D = dissertação; T = tese);
- Autor(es);
- Ano da publicação;
- Título da publicação;
- Território;
- País/Estado.

A tabela da categorização secundária organizou os dados dos alimentos identificados em cada um dos trabalhos, onde foram expostos:

- Nome popular;
- Nome guarani;
- Nome científico;

- Processamento (ID = processado industrialmente; IN = in natura);
- Etnovariedade (S = sim; N = não);
- Cultivado no território (S = sim; N= não; N.I = não informado; N.A. = não se aplica)
- Se cultivado no território, em roça comunitária (R.C.); roça individual (R.I.); captura selvagem (SE); não informado (N.I.).

A descrição dos nomes populares, guarani e científico são importantes para distinguir e definir com a maior precisão possível os dados apresentados em cada um dos trabalhos. As categorias de cultivo dos alimentos fornecem informações sobre a origem de cada um e distinguem, por exemplo, espécies identificadas mais de uma vez em um território, porém oriundas de fontes distintas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 - Categorização dos estudos selecionados:

Na base de dados Scielo, não houve resultados para a busca com ambos os descritores “Alimentação” AND “Guarani *Mbyá*”. A busca com o descritor “*Food*” AND “Guarani *Mbyá*” retornou 2 artigos, porém não foram elegíveis para o presente estudo, assim como os descritores “*Alimentación*” AND “Guarani *Mbyá*”, que retornaram apenas 1 publicação não elegível.

Na base dos Periódicos Capes, a busca por “Alimentação” AND “Guarani *Mbyá*” retornou 43 publicações. Para “*Food*” AND “Guarani *Mbyá*”, 142 trabalhos foram levantados. Para “*Alimentación*” AND “Guarani *Mbyá*”, encontrou-se 28 trabalhos. No total, 8 publicações foram selecionadas (61,5%).

Na base “Red de Revistas América Latina, Caribe, España y Portugal” (REDALYC), foram encontrados 10 trabalhos para a busca “*Food*” AND “Guarani *Mbyá*”. Para o descritor “*Alimentación*” AND “Guarani *Mbyá*”, 44 trabalhos. Para o descritor “Alimentação” AND “Guarani *Mbyá*”, 23 trabalhos. No total, apenas 1 publicação foi selecionada (7,6%).

Na base SciVerse Scopus, as buscas pelos descritores em português e espanhol “Alimentação”/”*Alimentación*” AND “Guarani *Mbyá*” não resultaram em nenhum trabalho.

Para os descritores “*Food*” AND Guarani *Mbyá*”, 28 publicações foram encontradas, mas nenhuma elegível.

Na base da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, as buscas sem o operador booleano “AND” retornou mais publicações. Para os descritores indexados conjuntamente “Alimentação Guarani *Mbyá*”, 6 publicações foram encontradas. Para “*Food* Guarani *Mbyá*”, 8 trabalhos. Para “*Alimentación* Guarani *Mbyá*”, nenhuma. No total, foram selecionadas 4 publicações (30,7%).

Na **figura 1**, está exposto um fluxograma do processo de seleção da literatura. A busca resultou em 13 trabalhos analisados.

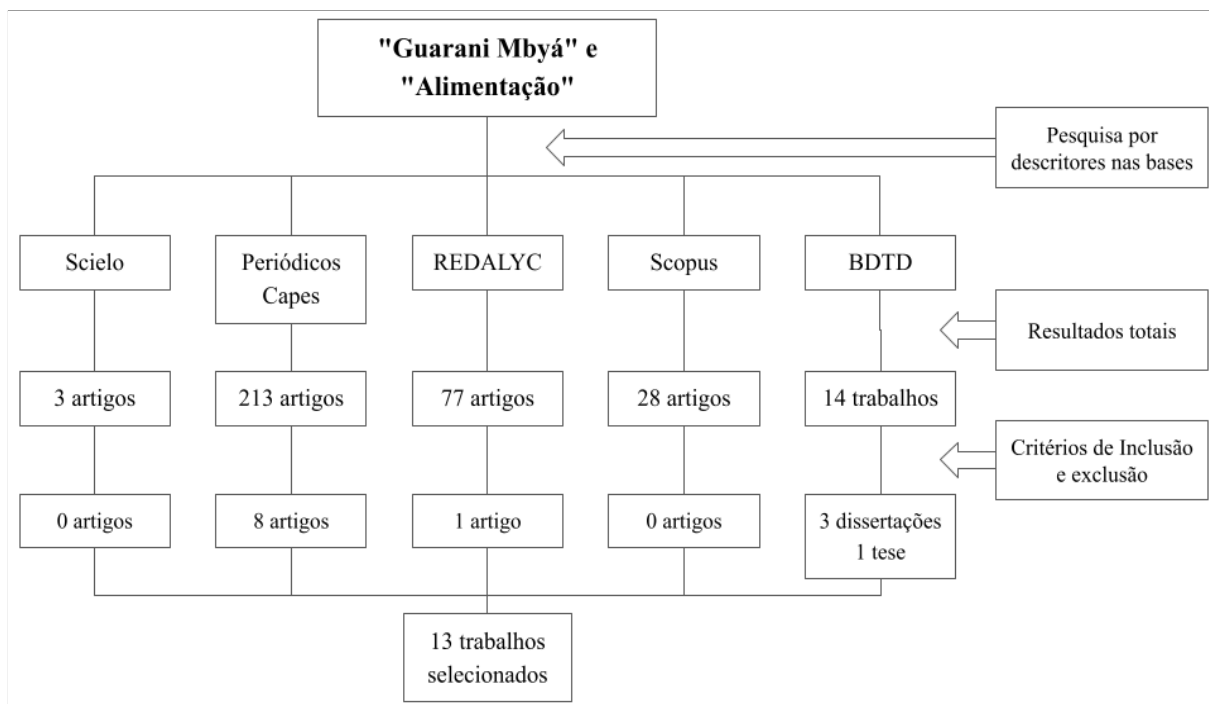


Figura 1: Fluxograma da literatura selecionada.

Fonte: Elaborado pela autora

A pergunta desta pesquisa é abrangente e inédita. A descrição sistemática e total dos alimentos consumidos e produzidos pelos *Mbyá* é difícil, senão impossível de rastrear. Procurou-se nesta investigação um parâmetro aproximado dos cultivares presentes na alimentação a partir de uma metodologia sistemática. Na busca, alguns trabalhos que tratam da temática podem ter ficado ocultos devido à ausência de indexação dos descritores

selecionados. Muitas vezes as palavras-chave das publicações não enunciam o tema da alimentação, mas apresentam-o em etnografias densas e detalhadas.

A busca e sistematização dos alimentos consumidos nas T.I. aqui abordadas resultou numa categorização primária desses trabalhos disposta no **quadro 1**. Foram definidos números para cada trabalho a fim de facilitar a localização nas subseqüentes citações, que estão expressos também no quadro 1.

O período compreendido entre publicações são os anos de 2001 a 2019. A língua portuguesa incluiu 10 trabalhos, e a espanhola 2. Dentre os 13 trabalhos selecionados, 12 são relativos ao território brasileiro e 1 relativo ao argentino. Alguns trabalhos apresentaram mais de um território em análise ou repetição de territórios em publicações diferentes. No caso das repetições, discutiu-se sobre as divergências e convergências dos alimentos em ambas as publicações. As aldeias repetidas nos trabalhos foram: publicação nº2 (SILVEIRA, 2017) e nº 13 (SILVEIRA, 2011) com a Aldeia Tekoa Mangaratu; publicação nº3 (DA SILVA et. al, 2010), nº 5 (GABRIEL, 2019) e nº12 (GABRIEL, 2014) com a Aldeia V'ya.

A partir da análise refinada dos territórios, ou seja, excluindo-se as repetições e considerando todos os territórios nas publicações, foram totalizadas 16 Terras Indígenas. Entre elas, 7 são relativas à região sul do Brasil (43,7%) nos estados de SC, PR e RS; 8 à região sudeste (50%) nos estados de SP e RJ e 2 à província de Misiones, na Argentina (12,5%).

Apesar da distribuição vasta do grupo *Mbyá* em outros países, os resultados da pesquisa centrados no Brasil podem indicar: predomínio de trabalhos generalistas que compõem descrições dos hábitos alimentares ao longo da história e/ou que envolvem muitos territórios; acesso restrito à literatura cinzenta; trabalhos muito antigos que fogem do acesso da metodologia aplicada; falta de abrangência de conteúdo por limitação dos descritores, lacuna do conhecimento. É considerado o principal fator limitante de material a falta de indexação dos descritores selecionados, onde as informações sintéticas da alimentação ficam restritas.

A maioria dos trabalhos é composta por artigos, que somam 9 (69,2%), sucedidos por 3 dissertações de mestrado (23,0%) e 1 tese de doutorado (7,6%). As dissertações e teses são classificadas como literatura cinzenta, apresentando baixa distribuição e difícil acesso. A

denominada literatura convencional inclui artigos científicos, que denotam ampla circulação e visibilidade (BOTELHO & OLIVEIRA, 2015; LAUFER, 2007).

4.2 - Metodologia das publicações:

Todas as pesquisas tratam-se de Etnografias, que são estudos a partir de trabalhos de campo que buscam compreensões sobre o ponto de vista e vivência de grupos e comunidades (MAYMONE, 2017). Este é um método que envolve períodos longos de observações de campo, onde o pesquisador estabelece uma relação muito frequente com a comunidade estudada, usando técnicas de observação, contato direto e participação em atividades. Pesquisas quantitativas focam nas estatísticas, na mensuração de eventos a partir de um plano preestabelecido. A pesquisa qualitativa, no entanto, costuma ser direcionada conforme é desempenhada, onde os dados são transpostos através da descrição. Além disso, o pesquisador formula suas interpretações a partir da perspectiva dos estudados para, então, decretar sua síntese (NEVES, 1996).

Em algumas literaturas selecionadas, houve a aplicação de entrevistas semi-estruturadas a fim de sumarizar alguns dados. No entanto, a principal técnica utilizada nas etnografias foi a observação participante e entrevistas informais. O objetivo comum das publicações é a descrição dos hábitos alimentares de territorialidades Guarani *Mbyá*. Os enfoques analíticos incluem as relações cosmológicas, religiosas, políticas, agroecológicas, territoriais e de gênero com a alimentação. Por se tratarem de estudos antropológicos, nem sempre os autores se ativeram ao uso de categorizações sumárias e objetivas dos alimentos. Isso exigiu que a revisão fosse minuciosa e buscasse o máximo de atributos dos alimentos possível, porém, estes nem sempre foram descritos com riqueza de detalhes. Este caráter das pesquisas ocasionou em lacunas de compreensão. Em alguns casos, houve falta de descrição de espécies, categorizando-as apenas num relato genérico, como por exemplo “cultivam frutas”, ou a descrição dos cultivares ateu-se apenas aos nomes populares, causando interpretações dúbias. Em alguns casos, também houve a identificação dos cultivares apenas pelo nome Guarani, sem maiores descrições.

4.3 - Alimentação e Território para os *Mbyá*:

Os hábitos e comportamentos alimentares estão relacionados ao sentido de identidade pessoal e, sobretudo, de identidade social. O preceito praticamente universal a todas as culturas é de que o alimento, que é substanciado e encarnado, carrega uma carga moral. Os corpos seriam o resultado e o produto do caráter humano (MINTZ, 2001). Por ser um ato vital, a alimentação é um direito disposto em arcabouços legais nacionais e internacionais. No entanto, a fome é uma realidade global que escancara a ineficiência dos Estados.

Há duas perspectivas conceituais que tratam da vulnerabilidade alimentar no mundo: a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar. Estes são pontos de vista que, por razões históricas, apresentam contrapontos e paralelos, que abarcam: pautas internacionais para o combate à fome e à desnutrição, que evocam a Segurança Alimentar; e a valorização da produção camponesa e dos povos tradicionais a partir do acesso à terra e da crítica ao modelo desenvolvimentista capitalista, bandeiras da Soberania Alimentar (NACIF, 2020; MARQUES, 2010). Em 1996, a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, promovida pela ONU, preocupou-se em assegurar o direito ao acesso a alimentos seguros e nutritivos com o objetivo da erradicação da fome.. No entanto, Marques (2010) expõe sobre este tratado:

“A Via Campesina, organização fundada em 1992 visando representar os agricultores camponeses e familiares do planeta, negou-se a assinar o documento final do referido encontro na medida em que o considerava como muito produtivista. A Via Campesina avaliava que o acesso ao alimento em quantidade e qualidade não pode se resumir à oferta abundante de alimentos baratos”

A proposição da Segurança Alimentar surgiu no auge da ideologia desenvolvimentista e trouxe uma perspectiva produtivista de difusão de insumos agrícolas acessíveis, o que acabou ampliando o poder de grandes corporações (NACIF, 2020). Shiva (1991) propôs que “o conceito de ‘Desenvolvimento’ acabou se tornando uma estratégia para combater a escassez e dominar a natureza para gerar abundância material”. O pulso progressista da agricultura industrial, promovido pela revolução verde, acabou, sobretudo, expandindo o problema da fome ao invés de diminuí-lo (PINTON e YANNICK, 2019). As políticas agrícolas produtivistas geram inconvenientes consideráveis à agricultura familiar, como excedentes custosos e degradação ambiental (MARQUES, 2010).

No cenário indígena brasileiro, projetos de “desenvolvimento comunitário”, promovidos pela Funai na década de 70, promoveram modelos e generalizações de metodologias agrícolas para diversas etnias e Terras Indígenas. A adesão de pacotes tecnológicos abrangia mecanização, adubação química, promoção da monocultura e comercialização nos sistemas agrícolas. Metodologias participativas e a formação de redes sociotécnicas são cruciais para evitar a reprodução de técnicas não tradicionais (NACIF, 2020). O conceito de redes sociotécnicas foi discutido por Silva et al. (2018) a partir da sociologia da tradução, onde a essência dos projetos tenham base em ações construtivistas que possibilitem a cooperação e reciprocidade entre os diferentes atores sociais e culminando, ao fim, no desenvolvimento territorial. Para Fontoura (2015), o “etnodesenvolvimento” é uma condição para o reconhecimento político dos povos originários pelo Estado, mas critica a atual política indigenista apontando a prevalência de medidas assistencialistas a fim de amenizar os conflitos e desigualdades sociais experienciadas pelos indígenas.

A alimentação, para os Guarani-*Mbyá*, representa laços profundos com sua identidade étnica e sua cosmologia. O corpo do Guarani seria o veículo da alma, o seu habitat (TEMPASS, 2010). Para Maymone (2017): “A alimentação é indissociável do universo cosmológico guarani e ameríndio de modo geral”. Além disso, a alimentação tradicional representa um traço de resistência cultural desses povos (MAYMONE, 2017). A resistência e o enfrentamento à colonialidade, que objetiva o retorno da sabedoria originária, são expressos na manutenção do *Nhandereko*, o modo de vida Guarani (NACIF, 2020).

A definição do que se pode comer depende do que é plantado ou coletado no território, estabelecendo uma conexão entre o “eu” e o território, entre o alimento e a identidade (SILVA, 2015). Segundo Nacif (2020):

“O alimento criado pelos *Oreru kuery* — pais míticos criadores — é aquele considerado próprio para o consumo e para a constituição do corpo Guarani. Ele se apresenta como elemento mediador entre o mundo perecível e o destino final da alma, onde esta encontrará a eternidade. [...] Assim, no próprio corpo se produzem e reproduzem o território telúrico e o território mítico, mediados pelas classes de alimento.”

Assim como proferido por Hipócrates “Que seu remédio seja seu alimento, e que seu alimento seja seu remédio”, o valor da alimentação tradicional para os *Mbyá* também tem conotação medicinal com a finalidade de prevenção e cura de enfermidades (TEMPASS,

2010). Para Silveira (2011), os povos originários atribuem a “remédio” e “alimento” o mesmo lugar no campo semântico. A respeito de doenças como desnutrição e diabetes, hoje presentes nas comunidades *Mbyá*, Gabriel (2019) aponta que os indígenas entrevistados afirmaram que tais enfermidades surgiram pela inserção de alimentos do *jurua*, que não são alimentos “naturais” e adequados para consumo. A alimentação adequada e saudável, para os *mbyá*, representa um estado de maturação corporal com a finalidade de atingir o *aguyje* e a dimensão da *Yvy marãey* (Terra sem Males), que possibilitam a imortalidade da alma (PIERRI, 2013). O *aguyje* é definido por Cadogan (1953) como um estado de maturidade, perfeição e plenitude de desenvolvimento. E, para que se conquiste a imperecibilidade da alma, as regras alimentares são as mais fundamentais (CLASTRES, 1978).

A distribuição territorial dos Tupi-Guarani, tal qual a dos Guarani *Mbyá*, é caracterizada por pulsos migratórios constantes arraigados por ensejos míticos (NACIF, 2020). “Uma das principais características dos *Mbyá* consiste na realização do *oguada porã* (caminhada) e eles acreditam na *Yvy marãey*, a Terra sem Males” (TEAO, 2015). A principal característica desses deslocamentos é a retomada de territórios litorâneos. Na cosmologia Guarani *Mbyá*, o mundo terrestre seria um mundo de dor e escassez. O *oguada porã* possibilita a ascensão espiritual do guarani a partir da busca de territórios mais apropriados (TEAO, 2015). “Para se compreender a importância, religiosa e prática do território situado na “beira do oceano”, e portanto “a margem do mundo” é preciso considerar a premissa de que para os *Mbyá* é a partir do litoral que se origina, se organiza e se define a geografia do cosmo *Mbyá*”. (LADEIRA, 2007). A retomada do território sagrado possibilita o retorno da alma ao seu lugar de origem (*Nhanderu retã*) num estado de plenitude e, assim, alcançando a “terra sem males” no momento da morte (LADEIRA, 2001).

Além do fator cosmológico, a identidade Guarani se expressa nos seus deslocamentos (*oguada porã*) tanto como um fator histórico de diferenciação dos colonizadores como uma forma de fortalecimento cultural e do sentimento de pertencimento por meio da visita aos parentes, idas à casamentos, trocas de sementes, alianças políticas, etc. (ANDERSON, 2008; TEO, 2019). Ladeira (2001) aponta ainda hipóteses históricas de que a migração extensiva dos Guarani precede o período colonial e abarca não apenas fatores religiosos, mas também questões ecológicas e econômicas que garantiriam a fertilidade das terras desbravadas. Com o advento da exploração europeia, rearranjos de alianças étnicas, hostilidades e o etnocídio promoveram adaptações intensivas e complexas no fluxo migratório. Ainda segundo a autora,

o caráter impermanente e abrangente da territorialidade Guarani confronta o próprio conceito de território definido pela sociedade não indígena. Os povos originários não compreendem a terra como uma posse, mas sim como um espaço de pertencimento. Desta forma, estabeleceu-se ao longo da história uma relação de dominância e dependência com o Estado por meio de uma dinâmica de expropriação e concessão de terras e limites. Contraditoriamente, se faz necessária a adoção dos preceitos demarcatórios a fim de salvaguardar o modo de vida e resistência indígena (LADEIRA, 2001).

4.4 - Demarcação de Terras Indígenas: conflitos de sobreposição com Unidades de Conservação (UC):

Num recorte temporal mais recente, os povos originários foram reconhecidos pela Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988, recebendo proteção no Capítulo VIII, onde seus direitos foram declarados e amparados legalmente. O art. Art. 231 marca essa legitimação: “Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988).

A necessidade iminente da demarcação de terras, resultado da espoliação histórica, acompanha os povos indígenas permeada de conflitos das mais diversas ordens. O filósofo indígena Ailton Krenak diversas vezes declarou a máxima “Estamos em guerra há 500 anos”. Além da violência extensiva e literal que abarca os povos originários, as violências jurídicas, psicológicas e institucionais afetam profundamente seus cotidianos. Entre os *Mbyá*, um dos conflitos com grande evidência são os de ordem institucional e jurídica, relacionados à sobreposição de Unidades de Conservação (MEDEIROS, 2006). No litoral, o principal bioma associado à dinâmica territorial guarani é a Mata Atlântica (SANTOS, 2019). Os processos históricos desse bioma promoveram uma extensa ocupação, desmatamento e consolidação urbano-industrial, resultando num remanescente de vegetação de 7% (YOUNG, 2004). Assim, este bioma constitui-se como o espaço legítimo para o estabelecimento do habitat e cultura Guarani (MEDEIROS, 2006).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) definiu as Unidades de Conservação como: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas

jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000). No entanto, para Santos (2019):

“A multiterritorialidade constituída entre lógicas distintas no estabelecimento de tais Áreas Protegidas (AP) pode resultar em impactos significativos na produção territorial de comunidades indígenas, face às restrições determinadas pelo órgão ambiental na gestão de UC de Proteção Integral”

Nos trabalhos selecionados, foi constatado um cenário de intensa sobreposição territorial com Unidades de Conservação, especialmente nos territórios em situações fundiárias mais críticas. Segundo a FUNAI (s.d.), a classificação fundiária para as T.I. define-se em:

Em estudos: Realização de estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a delimitação da terra indígena.

Delimitadas: Terras que tiveram a conclusão dos estudos publicados no Diário Oficial da União pela FUNAI e se encontram em análise pelo Ministério da Justiça para expedição de Portaria Declaratória da Posse Tradicional Indígena.

Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória e estão autorizadas para serem demarcadas.

Homologadas: Terras que foram demarcadas e tiveram seus limites homologados pela Presidente da República.

Regularizadas: Terras que, após a homologação de seus limites, foram registradas em cartório em nome da União e no Serviço de Patrimônio da União.

Reservas Indígenas: São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União que não se confundem com as de posse tradicional e, por esse motivo, não se submetem ao procedimento acima descrito.

Quase todas as T.I. em processos regulatórios mais avançados (T.I. Homologadas, Regularizadas e Reservas Indígenas) identificadas nesta revisão não apresentavam sobreposição com Unidades de Conservação. As exceções foram as Aldeias Araponga e

Parati-Mirim, ambas localizadas no município de Paraty (RJ), sobrepostas com o Parque Nacional Serra da Bocaina e a Área de Proteção Ambiental Cairuçu. Tal fato se elucida, em parte, por conta da atuação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI). O CTI é uma associação sem fins lucrativos com o objetivo de atender demandas locais de povos indígenas a fim de salvaguardar seus territórios. Em 1995, a organização contou com o apoio de um Programa Norueguês para os Povos Indígenas (FAFO – Noruega) para regularização fundiária com foco no processo de demarcação das áreas Guarani no Rio de Janeiro (CTI s.d.), o que culminou numa relação não conflituosa nas T.Is. com as U.C.s.

O **quadro 2** representa a síntese da situação fundiária dos territórios. As T.I. que foram estudadas em mais de uma publicação não foram citadas repetidamente nesta tabela.

4.5 - Diversidade de alimentos nos territórios analisados:

A sistematização dos alimentos consumidos nas T.I. investigadas resultou numa amostra de 312 alimentos e 70 espécies. O **quadro 3** apresenta a descrição de cada uma das espécies e as respectivas quantidades de citações nas publicações. Na **figura 2**, estão dispostas as espécies mais citadas. Calculou-se a média de vezes que todas as espécies foram citadas e selecionou-se aquelas citadas acima deste valor, que corresponde a 4.

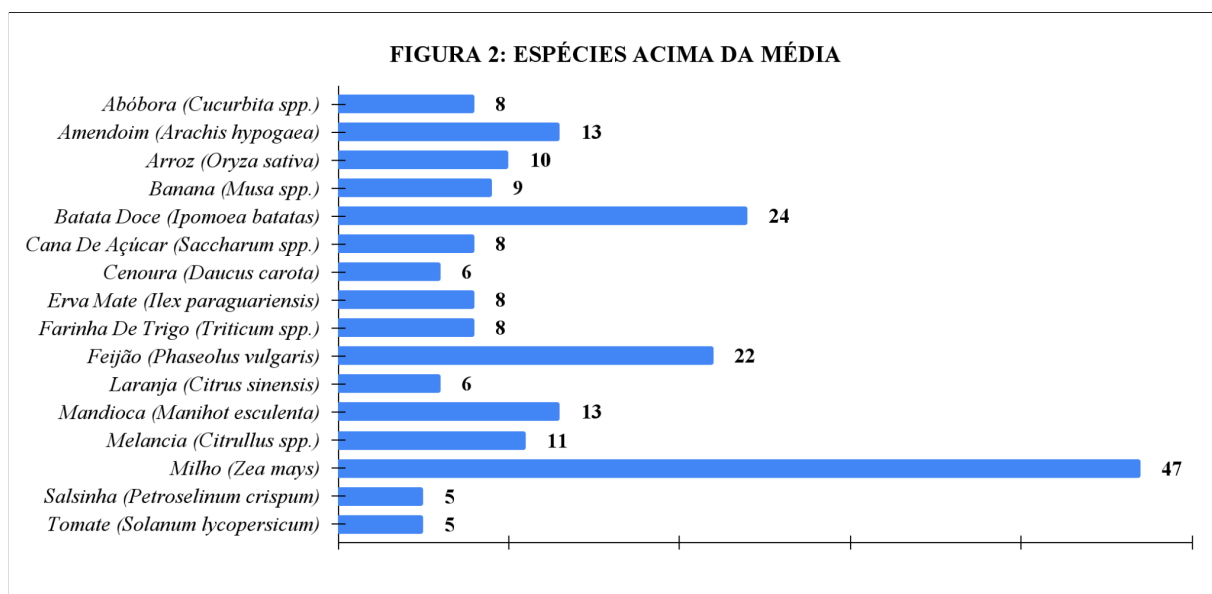


Figura 2: Espécies mais citadas nas publicações segundo valores acima de 4.

Fonte: Elaborado pela autora

Foi identificada uma taxa de processamento industrial dos alimentos de 15,2%. Em muitas aldeias, houve a incidência tanto de formas industrializadas quanto cultivadas, como por exemplo, o feijão. Conforme disposto nos trabalhos, a inserção destes alimentos na dieta se dá pela alimentação escolar, introduzida pelo Estado, por doações de não indígenas e pela compra direta dos indígenas. Nesta análise, não registou-se o detalhamento da tipologia de todos esses alimentos, apenas daqueles minimamente processados. No entanto, a presença de ultraprocessados foi praticamente unânime, incluindo, por exemplo: bolachas, refrigerantes, macarrão, salgadinhos, etc. Conforme Gabriel (2019), o lançamento da cartilha “Alimentação nas escolas indígenas: desafios para incorporar práticas e saberes” pela Comissão Pró-Índio de São Paulo em 2016, trouxe dados percentuais robustos apontando a falta de alimentos em alguma época de ano, a prevalência das cestas básicas como uma das principais fontes de alimentos e o desrespeito da cultura alimentar dos povos indígenas (apud ANDRADE et. al, 2016).

As informações sobre origem dos alimentos estão dispostas na **figura 3**. O cultivo dentro do território é predominante (56,3%), seguido dos cultivos fora do território, ou seja, de origem exógena (28,05%) e dos alimentos processados industrialmente (15,2%). Há uma lacuna de informação sobre o local de cultivo, que também foi representada figura pela parcela “Não Informado se cultivado no território” (0,5%).

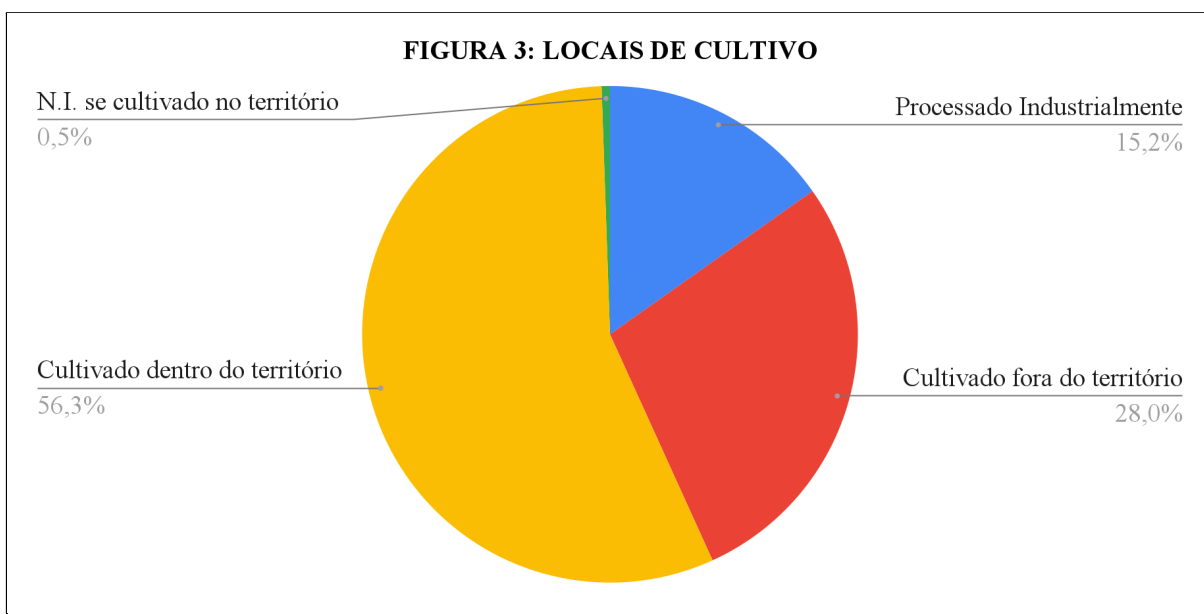


Figura 3: Locais de cultivo dos alimentos.

N.I = Não informado se cultivado dentro do território

Fonte: Elaborado pela autora

O sistema agrícola tradicional praticado pelos Guaraní *Mbyá*, assim como em outras comunidades tradicionais, é a coivara, que constitui-se no preparo da terra a partir da derrubada da mata nativa, seguida da queima da vegetação e do plantio intercalado de várias culturas (rotação de culturas), que podem ser consorciadas ou não (KRIEGEL et al., 2014, NACIF, 2020). Estas roças rotacionadas constituem sistemas de agrofloresta (denominado *ma'ety reko*) devido ao plantio associado (denominado *cocué*) (KRIEGEL et al., 2014, NACIF, 2020). Tais práticas constituem-se de princípios de reciprocidade entre humanos e não humanos que compartilham a biosfera, operando a partir do respeito e equilíbrio do meio natural (GALANTE, 2011). A preservação da biodiversidade é promovida por esses povos originários, uma vez que a proteção das áreas de floresta subjacentes são importantes para seu *nhandereko* (modo de vida) (ALTIERI, 1998; NACIF 2020).

Apesar da lógica da sustentabilidade intrínseca aos costumes dos povos tradicionais, conflitos com Unidades de Conservação são frequentes entre estes grupos, fadados a interpretações difamatórias e acusações de perturbação ao meio ambiente (GALANTE, 2011; NACIF, 2020). Além dos preceitos conservacionistas adotados por ambientalistas radicais, a realidade histórica e cosmológica destes povos muitas vezes não é compreendida, onde é costumeiro se convencionar romanticamente os hábitos dos indígenas, intitulado-os como “amantes da natureza” e sucessivos julgamentos sem embasamento, apontando-os como um problema a ser enfrentado nas áreas de preservação devido aos impactos de sua ocupação (GALANTE, 2011). Em contrapartida, evidências apontam as relações de coevolução entre as áreas de floresta tropical e populações humanas tradicionais, favorecendo formações antropogênicas que instauram o aumento da biodiversidade e características indistinguíveis de florestas não manejadas (primárias) (GALANTE, 2011, DESCOLA, 1996, SANTOS, 2019).

A **figura 4** indica quais são as formas de cultivo nos territórios, classificadas por: cultivo em roça individual, roça comunitária e captura selvagem, além de incluir a parcela de formas não informadas. A cultura em roças individuais é majoritária (50,2%), seguida das roças comunitárias (22,0%), das formas não informadas (20,5%) e das capturas selvagens (7,3%).

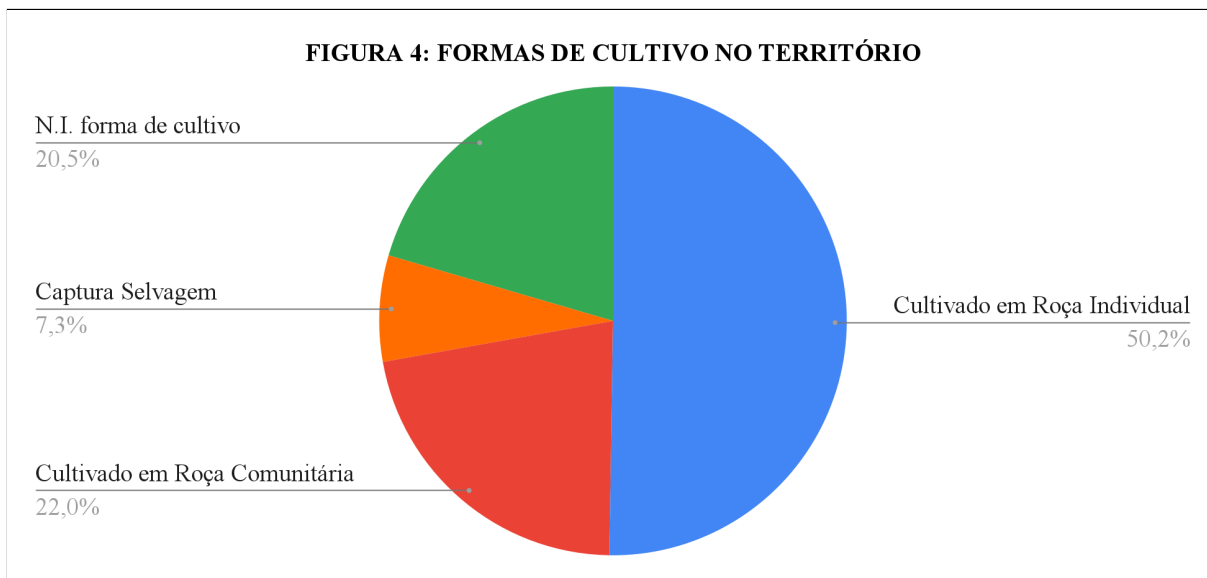


Figura 4: Formas de cultivo dentro do território.

N.I = Não informada a forma de cultivo

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme descrito por Nacif (2020), a estruturação econômica dos *Mbyá* se pauta em redes de comensalidade, que são divisões de produção, obtenção e consumo de alimentos a partir da união de núcleos familiares, constituídos a partir das proximidades do território e pautados pela cooperação. O autor indica que o plantio neste sistema comensal não se classifica estritamente entre roça comunitária ou roça individual, mas predominantemente se observa uma distinção e síntese entre estas formas de cultivo, caracterizadas pela coletivização do trabalho entre núcleos familiares próximos, denominados “família extensa”. Nacif (2020) explana que a “família extensa” compartilha uma mesma área do território e reproduz laços de solidariedade entre si em relação ao consumo e produção de alimentos, e a cooperação entre várias famílias extensas resulta nas redes de comensalidade.

As formas de cultivo nos trabalhos investigados apresentaram preponderância das roças individuais, que muitas vezes foram explanadas como uma forma de relação entre outros núcleos familiares, não havendo uma lógica individualista entre quem planta e consome. Algumas roças comunitárias compreendiam excedentes destinados à venda e posterior distribuição da arrecadação. A captura selvagem de alimentos se mostra minoritária possivelmente pela restrição territorial e legal em que muitas aldeias se encontram, que

relacionam-se com a imposição de medidas conservacionistas das Unidades de Conservação e/ou pela diminuição da biodiversidade promovida pela exploração indébita de recursos dos territórios adjacentes.

A **figura 5** indica quais as espécies consolidadas como tradicionais foram mais citadas na busca.

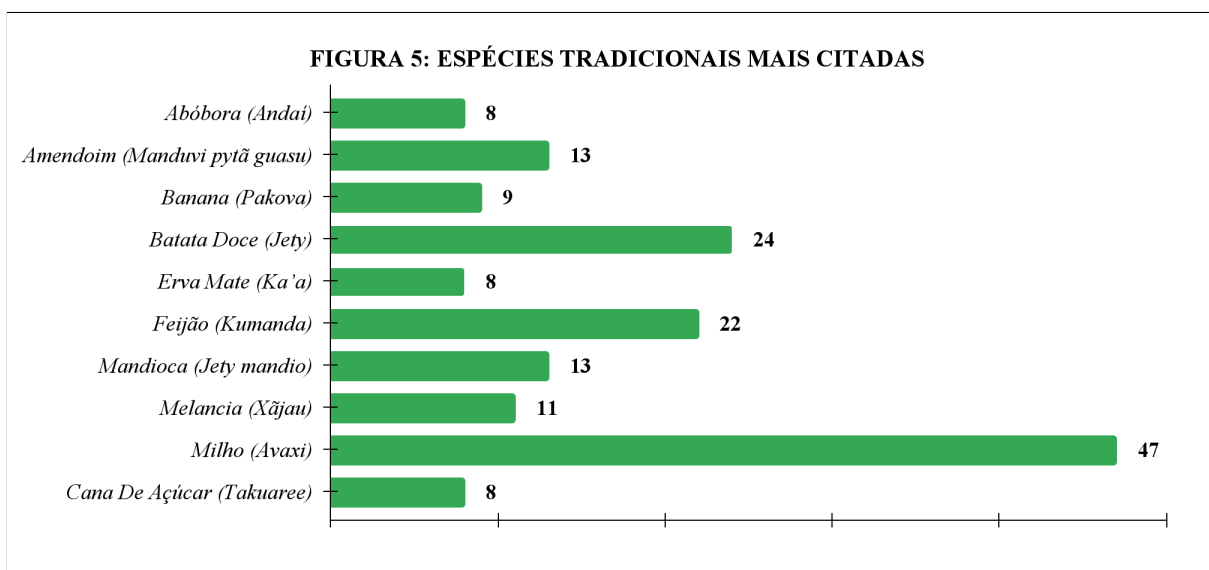


Figura 5: Espécies tradicionais mais citadas.

Fonte: Elaborado pela autora

A seleção, domesticação e melhoramento de espécies foram realizadas por todos os grupos indígenas brasileiros, e atualmente muitos destes alimentos são utilizados por grande parte da população mundial (BALÉE, 1993). A humanidade possui uma dívida histórica com o saber etnobotânico dos povos originários das américas (RIBEIRO, 1995). Há um grande registro na literatura sobre as espécies tradicionais da alimentação Guarani *Mbyá*, as quais Ladeira & Matta (2004) denotam a atribuição do grupo como as “plantas verdadeiras” e existentes “desde o primeiro mundo”. Segundo Tempass (2010) e Giordani et al. (2010) as variedades de origem divina mais cultivadas pelos *Mbyá* são: o milho (*avati*), a mandioca (*mandio*), a batata-doce (*jety*), a abóbora (*andai*), a melancia (*xanjau*), o feijão (*kumanda*), o amendoim (*manduvi*), a banana (*pakoa*), e a cana-de-açúcar (*taquareté*). O trabalho de Ladeira e Matta (2004) apresenta a fala do *Mbyá* Augusto da Silva, da T.I. Cachoeira dos Inácios (SC) em 1997 sobre as variedades de cultivares:

“(...)Eu tenho as sementes do *Mbya* guarani, dos antigos, que os meus avos deixaram e que até hoje eu tenho sempre, e não quero perder porque não era para perder. A semente sempre tem que ter, porque o nosso Deus deixou para nós lá no mato quando não tinha nenhum dos brancos. O Deus deixou nós no mato, e também a semente deixou para nós. Então não devemos perder a semente que o Deus deu para nós (...)”

Todas essas espécies tradicionais apontadas foram validadas como as mais citadas no levantamento da **figura 5**, acrescentando-se apenas a erva mate (*ka'a*). A expressão de todos estes cultivares foi superior a das espécies não tradicionais. Dentre estes alimentos, destaca-se a grande importância alimentar e religiosa do milho (GIORDANI et al. 2010), que não coincidentemente foi a espécie mais citada entre todas (tradicionais e não tradicionais).

Uma das plantas mais antigas e extensivamente cultivadas nas Américas, estima-se que o milho (*Zea mays*) possui 250 variedades entre os povos originários americanos, sendo consumido assado, cozido ou triturado em forma de grãos para obtenção de farinha (RIBEIRO, 1995). Segundo Balée (1992), o milho possui maior facilidade e capacidade de transporte comparado a outras espécies, além de rápida maturação, o que lhe conferiu protagonismo nas longas caminhadas e intercâmbios indígenas. Para os *Mbyá*, Felipim e Queda (2001) apontaram a classificação genérica de *Avati etei* para os tipos de milho tradicionais e *Avati tupi* para aqueles de proveniência *juruá*. O *Avati etei* pode possuir coloração azul, vermelha, branca, amarela, preta, branca com amarela, ou ainda multicolor (MAYMONE, 2017). Conforme descrito por Rodriguez (1999), os *Mbyá* afirmam que o *Avati etei* possui alma, portanto realizam o batismo do milho guarani antes do plantio e depois da colheita. O milho domesticado (incluindo suas variedades tradicionais), depende da ação humana para propagação e dispersão natural, sendo fundamental a conservação do *Avati etei* a fim de salvaguardar e ampliar a diversidade genética (FELIPIM e QUEDA, 2005).

A **figura 6** representa a proporção entre as espécies tradicionais e espécies convencionais, considerando como base de *spp.* tradicionais os registros da literatura consultada, o que incluiu: (milho guarani, mandioca, amendoim, feijão, batata doce, abóbora, cana-de-açúcar, banana, goiaba, pitanga, maracujá, abacaxi, melancia, moranga, erva mate).

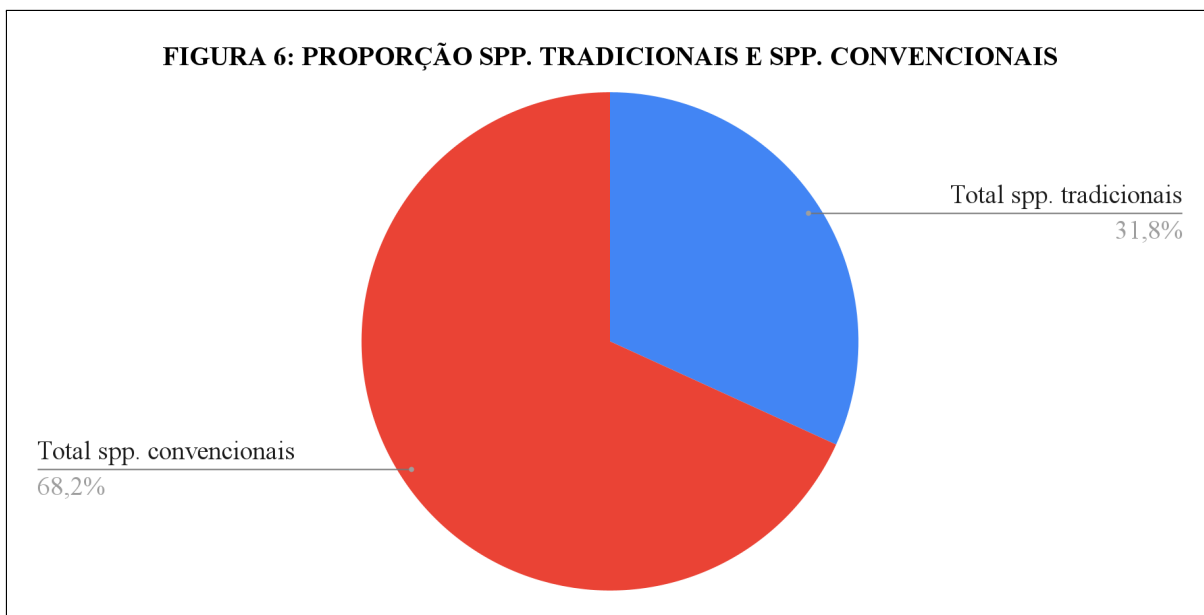


Figura 6: Proporção entre espécies tradicionais e espécies convencionais

spp = espécies

Fonte: Elaborado pela autora

A incidência majoritária das espécies convencionais (68,2%) em contrapartida das tradicionais (31,8%) representa uma consequência do colonialismo, que ao expropriar as terras indígenas e conter seu potencial agrícola, condiciona a população *Mbyá* a alterações profundas em seus hábitos alimentares (GABRIEL, 2019). A modernização da agricultura, principalmente após a Revolução Verde, ocasionou a redução drástica na diversidade genética das principais culturas consumidas pela humanidade (CLEVELAND et al., 1994). Além da diversidade genética, o conhecimento tradicional sobre a seleção, propagação, coleta e armazenamento, valores culturais e uso das variedades tradicionais, ou seja, aquelas secularmente conservadas entre populações, é de suma importância para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável (CLEVELAND et al., 1994; PERONI e MARTINS, 2000). O apagamento da diversidade, promovido pelo “desenvolvimento agrícola”, contraditoriamente incita o terceiro mundo a conservar a biodiversidade, ao passo em que a produção se baseia num modelo uniforme e a conservação num movimento desesperado acaba agindo contra a própria manutenção da biodiversidade (MIES e SHIVA, 2014).

A **figura 7** demonstra a incidência das etnovariedades ou variedades tradicionais nas publicações analisadas. O difícil acesso às variedades tradicionais *Mbyá*, o *tembiu etei* (“nossa

comida verdadeira”) tem causado dificuldade no fortalecimento das tradições do grupo (TEMPASS, 2010). Os *Mbyá* apontam o papel da mulher como guardiã da tradição devido ao papel que exerce na maternidade e na alimentação, tanto no plantio como na execução da comida (GABRIEL, 2019). Tempass (2010) aponta a culinária, na perspectiva *Mbyá*, como um poder feminino. Para Pierre Clastres (2004):

“[...]revela-se aqui uma proximidade imediata entre vida e feminidade, de modo que a mulher é, em seu ser, ser-para-a-vida. Com isso se evidencia, na sociedade primitiva, a diferença entre homem e mulher: como guerreiro, o homem é ser-para-a-morte; como mãe, a mulher é ser-para-a-vida. É seu vínculo respectivo com a vida e a morte sociais e biológicas que determina as relações entre homens e mulheres.”

Mies e Shiva (2014) apontam o trabalho e conhecimento das mulheres como fontes centrais da conservação da biodiversidade, pois atuam na produção, reprodução, consumo e conservação da biodiversidade na agricultura. As autoras apontam a invisibilidade deste trabalho feminino pela descontextualização capitalista e patriarcal da definição de trabalho.

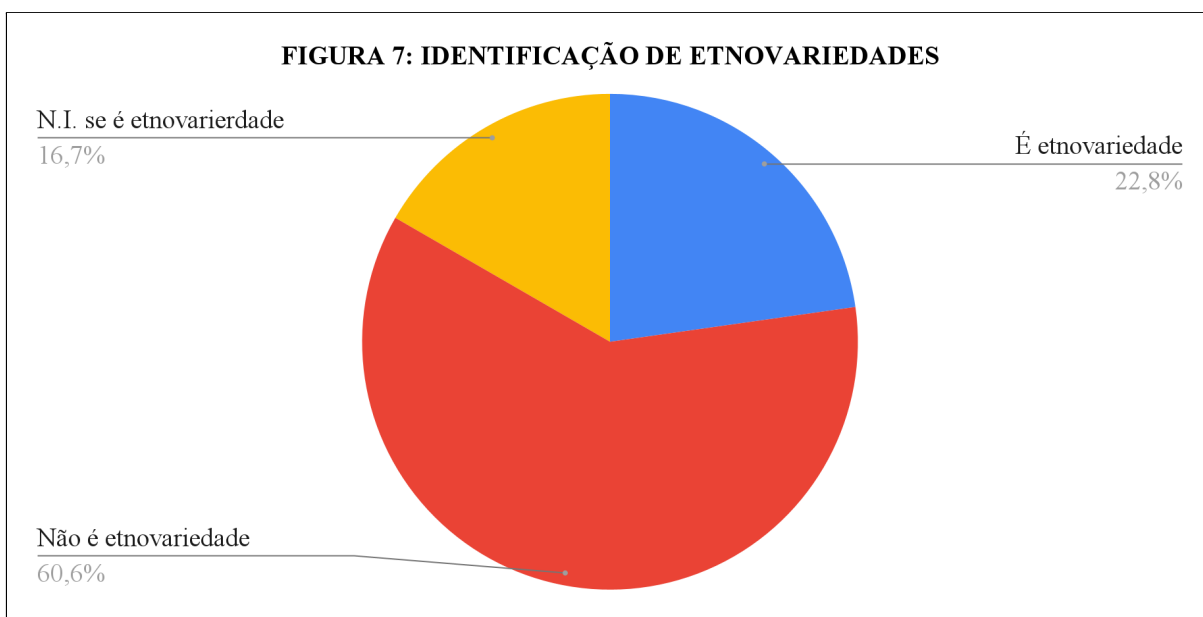


Figura 7: Identificação de etnovarietades

spp. = espécies

Fonte: Elaborado pela autora

Nos casos dos trabalhos com aldeias repetidas, foram sistematizados os alimentos duplicados nas investigações. Os alimentos não inclusos em ambos os trabalhos podem significar: maior acurácia e descrição em algum dos trabalhos e/ou mudanças nos hábitos alimentares.

As publicações de Silveira (2017) e Silveira (2011) com a Aldeia Tekoa Mangaratu trouxeram 10 repetições de alimentos, que são: abóbora, amendoim, arroz, batata doce, café, farinha de trigo, feijão, mandioca, melancia, milho (*jurua*). Foram totalizados 51 alimentos nos trabalhos, o que aponta 19,6% de conferência de dados.

As publicações de da Silva (2010), Gabriel (2019) e Gabriel (2014) com a Aldeia V'ya, trouxeram 22 repetições de alimentos, que são: alho, amendoim, arroz, banana, batata doce, beterraba, cana de açúcar, cenoura, farinha de trigo, feijão, fubá de milho, jaracatiá, laranja, mamão, mandioca, melancia, milho (*jurua*), palmito, pimentão, repolho, salsinha, tomate. Foram totalizados 80 alimentos nos trabalhos, o que aponta 27,5% de conferência de dados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta revisão, o levantamento bibliográfico enfrentou alguns percalços metodológicos, mas ainda assim elencou um número considerável de dados. A descrição histórica dos cultivares *Mbyá* fornece uma base para a compreensão da dimensão atual de seus hábitos alimentares e da consequência da interferência dos não indígenas. Compreende-se que a alimentação tem um papel central na resistência da cultura *Mbyá*, onde os alimentos e preparos tradicionais são priorizados na dinâmica alimentar.

A questão alimentar indígena se pauta, primordialmente, na problemática territorial enfrentada secularmente por estes povos. Sem acesso à terra e sob conflitos das mais diversas ordens, não se instaura somente a insegurança alimentar, mas também o risco de etno e genocídios. A lógica hegemônica cultural e econômica promovida pela colonização e, atualmente, pelo neoliberalismo, não abre espaço para existências e diversidades fora das monoculturas da mente. O movimento subalterno dos Guarani *Mbyá*, através da resistência de seu modo de vida e alimentação, é um combate a essa imposição.

A importância da conservação das etnovarietades perpassa a própria existência dos povos tradicionais, pois também garante a preservação da biodiversidade e do etnoconhecimento acerca da produção agrícola. O milho, patrimônio cultural dos *Mbyá* e de tantos outros povos ameríndios, atualmente é um dos principais commodities agrícolas brasileiros, o que reforça a importância e o impacto histórico do conhecimento indígena no mundo.

Mais investigações e sistematizações sobre os hábitos culturais e alimentares dos povos originários são importantes para a diminuição da erosão cultural enfrentada por estes. A predominância de trabalhos generalistas não sintéticos apontou uma lacuna do conhecimento, bem como o acesso restrito da literatura cinzenta, que certamente excluiu publicações que se enquadrariam nos critérios de análise mas não foram sequer identificadas a partir da metodologia aplicada. A falta de indexação de descritores relativos à alimentação também restringiu a amostra. Eventuais estudos na temática devem ser dotados de grande responsabilidade ética e metodológica para salvaguardar os conhecimentos ancestrais e promover correta a compreensão e fortalecimento destes modos de vida.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. **Editora UFRGS**, 1998.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2008.

ANDRADE, M. M. de; BELLINGER, C.. Alimentação nas escolas indígenas: desafios para Aracy Lopes de; GRUPIONI, Luíz Donisete Benzi (Org.). A temática Indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o. e 2o. Grau. **Brasília: MEC/MARI/UNESCO**, 1995. p. 197-219.

BADIE, Marilyn Cebolla. La importancia del pecari labiado o kochi en la sociedad mbya-Guarani. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 150-169, 2015.

BALÉE, William. Biodiversidade e os índios amazônicos. **Amazônia etnologia e história indígena**, p. 385-393, 1993.

BALÉE, Willian, 1992. People of the Fallow: A Historical Ecology of Foraging in Lowland South America. In: REDFORD, K.H and PADOCH, C. (eds.). **Conservation of Neotropical Forests. New York. Columbia U. Press.** p.35-57.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**. v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BOTELHO, Rafael Guimarães; OLIVEIRA, Cristina da Cruz de. Literaturas branca e cinzenta: uma revisão conceitual. **Ciência da Informação**, v. 44, n. 3, p. 501-2013, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

CADOGAN, León. *Ayvu Rapyta*: Textos míticos de los *Mbyá*-Guaraní del Guairá. **Revista de antropologia**, p. 123-132, 1953.

CAMPESINA, La Via. Nyéléni 2007: Forum for Food Sovereignty. Sélingué (Mali): Via. 2007.

CLASTRES, Hélène. Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani. **Editora Brasiliense**. São Paulo, 1978.

CLASTRES, Pierre. Da tortura nas sociedades primitivas. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. **Rio de Janeiro: Francisco Alves**, p. 123-131, 1978.

CLEVELAND, David A.; SOLERI, Daniela; SMITH, Steven E. Do folk crop varieties have a role in sustainable agriculture? Incorporating folk varieties into the development of locally based agriculture may be the best approach. **BioScience**, v. 44, n. 11, p. 740-751, 1994.

CTI. Programa Guarani. Centro de Trabalho Indigenista s.d. Disponível em: <<https://trabalhoindigenista.org.br/programa/programaguarani/>> Acesso em: 23 outubro de 2021.

DA MATTA, Roberto. **Sobre o simbolismo da comida no Brasil**. O Correio da Unesco, v. 15, n. 7, p. 22-3, 1987.

DA SILVA, Marilda Checcucci Gonçalves; GABRIEL, Vandrezza Amante. O papel da mulher na identidade alimentar Mbyá-Guarani: a Aldeia V'ya – Major Gercino (SC). **Espaço Ameríndio**, v. 9, n. 3, p. 131, 2015.

DA SILVA AUZANI, Symone Cortese; GIORDANI, Rubia Carla Formighieri. Inter-relações entre espaço físico, modo de vida Mbyá-Guarani e alimentação na perspectiva da segurança alimentar: reflexões sobre a área indígena Araça-í em Piraquara/PR. **Espaço Ameríndio**, v. 2, n. 1, p. 129, 2008.

DESCOLA, Philippe. *La selva culta: simbolismo y praxis em la ecologia de los Achuar*. **Editorial Abya-Yala**. Quito, 1996.

FELIPIM, Adriana Perez; QUEDA, Oriowaldo. O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso. **Interciencia**, v. 30, n. 3, p. 143-150, 2005.

FONTOURA, Georgia Carneiro. **Direitos, desenvolvimento e povos indígenas: limites, possibilidades e desafios às políticas públicas na atualidade brasileira**. Lílian Blanck de Oliveira. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Universidade Regional de Blumenau (FURB). Blumenau, 2015.

FUNAI. Sistema Indigenista de Informações s.d. Disponível em: <http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp> Acesso em: 25 outubro de 2021.

GABRIEL, Vandrezza Amante. **Mbyá-Guarani, alimentação e identidade no território: a Aldeia Vy'a – Major Gercino (SC)**. Marilda Rosa Galvão Checcucci. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Universidade Regional de Blumenau (FURB). Blumenau, 2016.

GABRIEL, Vandrezza Amante. O impacto da colonização europeia na alimentação e o papel da mulher indígena na conservação do patrimônio alimentar. **Guaju**, v. 5, n. 1, p. 71-94, 2019.

GALANTE, Luciana. **Investigação etnobotânica na comunidade guarani Mbya de Tekoa Pyau**. Rinaldo Sérgio Vieira Arruda. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, 2011.

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri; GIL, Laura Perez; DA SILVA AUZANI, Symone Cortese. Políticas públicas em contextos escolares indígenas: repensando a alimentação escolar. **Espaço Ameríndio**, v. 4, n. 2, p. 25, 2010.

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri. ¿ Producción de alimento o cultivares de la vida? Observaciones sobre la acción y la contemplación guaraní en sus cultivos agrícolas. Demetra: **Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 10, n. 3, p. 637-648, 2015.

IBGE. Censo Brasileiro de 2010. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rio de Janeiro, 2012.

JAMES, Allison. The good, the bad and the delicious: the role of confectionery in British society. **The Sociological Review**, v. 38, n. 4, p. 666-688, 1990.

KRIEGEL, Raoni Kriegel; DE AZEVEDO, Edísio Oliveira; DA SILVA, Frederico Fonseca. Relação do Grupo Indígena Guarani Mybiá Com o Meio Ambiente: Alicerces da Agroecologia. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 7, n. 1, 2014.

LADEIRA, Maria Inês; MATTA, Priscila. **Terras Guarani no Litoral: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós**. Centro de Trabalho Indigenista. São Paulo. 2004.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Guarani-mbya: significado, constituição e uso**. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 2001. 235 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo (USP) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo, 2001.

LADEIRA, Maria Inês. Guarani Mbya. **Povos indígenas no Brasil**, 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya>. Acesso em: 10 de Agosto de 2021.

LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a luz: território mbya à beira do oceano**. Unesp, 2007.

LAUFER, Miguel. ¿Qué hacer con la literatura gris?. **Interciencia**, v. 32, n. 1, p. 5, 2007.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010.

MAYMONE, Cristiana Marinho. **Tradição como transformação: práticas e conhecimentos sobre alimentação entre os Guarani da Tekoa Pyau (São Paulo/SP)**. Fernanda Baeza Scagliusi. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2017.

MEDEIROS, Jean Carlos de Andrade. **Reestabelecendo um Tekoá pelos índios Guarani Mbyá. Um estudo de caso da aldeia Yakã Porã – Garuva/SC**. José Antônio Ribas Ribeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC) - Centro de Ciências Agrárias - Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. Florianópolis, 2006.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminism*. **Zed Books**, London, 2014.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 16, n. 47, p. 31-42, 2001.

NACIF, Rodrigo Thurler. *Yvy vai – A Terra imperfeita: Território e paisagem alimentar Guarani*. Davis Gruber Sansolo. 2020. 302 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) - São Paulo, 2020.

NEVES, A. N. Pesquisa qualitativa: característica, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

PERONI, Nivaldo; MARTINS, Paulo Sodero. Influência da dinâmica agrícola itinerante na geração de diversidade de etnovariedades cultivadas vegetativamente. **Interciencia**, v. 25, n. 1, p. 22-29, 2000.

PIERRI, Daniel Calazans. **O perecível e o imperecível: lógica do sensível e corporalidade no pensamento Guarani Mbyá**. Dominique Tilkin Gallois. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo (USP) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo, 2013.

PINTON, Florence; YANNICK, Sencébé. Soberania versus segurança alimentar no Brasil: tensões e oposições em torno da agroecologia como projeto: Food sovereignty vs food security in Brazil: tensions and oppositions within agroecology as an objective. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 1, p. 24-46, 2019.

REMORINI, Carolina. El papel de los niños en la obtención, elaboración, circulación y

consumo de alimentos em comunidades Mbya (Argentina). **Anthropology of food**, n. 9, 2015.

RIBEIRO, Berta G. A contribuição dos povos indígenas à cultura brasileira. In: SILVA,

RODRIGUEZ, José Exequiel Basini. **Estratégias econômicas, políticas e religiosas na mito-praxis mbyá-guarani**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/UFRGS. Porto Alegre, 1999.

SANTOS, Mariany Martinez dos. **Oré yvy noĩ poraĩ: multiterritorialidade entre Unidades de Conservação e territórios indígenas no estado de São Paulo**. Davis Gruber Sansolo. 2019. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) - São Paulo, 2019.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. Difusão Europeia do livro. São Paulo. 1962.

SHIVA, Vandana. **The violence of the green revolution: third world agriculture, ecology and politics**. Zed Books, 1991.

SILVA, Newton José Rodrigues da; PINTO, Abelardo Gonçalves; LOPEZ, Edna Ferreira Maddarena; MIKOLASEK, Olivier. **Quadro teórico de apoio à atuação de extensionistas para o fortalecimento da economia solidária**. Economia social e pública. Simeoni Pavan Lucca (ed.). Ponta Grossa : Atena Editora, 2018. <https://agritrop.cirad.fr/588907/>> Acesso em: 20 de Fevereiro de 2022.

SILVEIRA, Nádia Heusi. **Imagens de abundância e escassez: comida guarani e transformações na contemporaneidade**. Esther Jean Langdon 2011. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS) - Florianópolis, 2011.

SILVEIRA, Nádía Heusi. Políticas Indigenistas na Aldeia e Práticas Alimentares entre os Guarani-Mbya. **Revista Antropológicas**. Ano 21, 28(1):204-222. 2017

SOUSA, L. M. M. et al. Metodologia de Revisão Integrativa da Literatura em Enfermagem. **Revista Investigação em Enfermagem**. 2017.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. São Paulo. v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

TEAO, Kalna Mareto. **Território e identidade Guarani Mbya do Espírito Santo (1967-2006)**. Maria Regina Celestino de Almeida. 2015. 234 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2015.

TEMPASS, Martín César. O belo discreto: a estética alimentar Mbyá-Guarani. **Revista Espaço Ameríndio**. Porto Alegre. v. 1, n. 1, p. 170-194, jul./dez. 2007.

TEMPASS, Martín César. **Orerémbiú: a relação das práticas alimentares e seus significados com a identidade étnica e a cosmologia guarani**. Sergio Baptista da Silva. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa De Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2005

YOUNG, Carlos Eduardo Frickman. Desmatamento e “o Mito” da geração do emprego rural: Uma análise para a Mata Atlântica. **Unidades de conservação: atualidades e tendências**, p. 20-37, 2004.

7. ANEXOS

QUADRO 1. CARACTERIZAÇÃO DA LITERATURA SELECIONADA							
	Base	Tipo	Autor(es)	Ano	Título da publicação	Território	País/Estado
1	Periódicos CAPES	A	da Silva Auzani, S. C., & Giordani, R. C. F.	2008	Inter-relações entre espaço físico, modo de vida mbyá-guarani e alimentação na perspectiva da segurança alimentar: Reflexões sobre a área indígena Araça-í em Piraquara/PR	Aldeia do Karuguá	Brasil/PR
2	Periódicos CAPES	A	Silveira, N. H.	2017	Políticas Indigenistas na Aldeia e Práticas Alimentares entre os <i>Guarani-Mbya</i>	Aldeia Tekoa Marangatu	Brasil/SC
3	Periódicos CAPES	A	da Silva, M. C. G., & Gabriel, V. A	2015	O papel da mulher na identidade alimentar <i>Mbyá-Guarani</i> : a Aldeia V'ya – Major Gercino (SC)	Aldeia V'ya	Brasil/SC
4	Periódicos CAPES	A	Giordani, R. C. F., Gil, L. P., & da Silva Auzani, S. C.	2010	Políticas públicas em contextos escolares indígenas: repensando a alimentação escolar.	T.I Ilha da Cotinga	Brasil/PR
5	Periódicos CAPES	A	Gabriel, V. A.	2019	O impacto da colonização europeia na alimentação e o papel da mulher indígena na conservação do patrimônio alimentar.	Aldeia V'ya	Brasil/SC
6	Periódicos CAPES	A	Giordani, R. C. F.	2015	¿Producción de alimento o cultivares de la vida? Observaciones sobre la acción y la contemplación guaraní en sus cultivos agrícolas	Terra Indígena Itamarã	Brasil/PR
7	Periódicos CAPES	A	Kriegel, R. K., de Azevedo, E. O., & da Silva, F. F.	2014	Relação do Grupo Indígena <i>Guarani Mybiá</i> Com o Meio Ambiente: Alicerces da Agroecologia.	T.I. Araçai; T.I. Pindoty	Brasil/SC
8	Periódicos CAPES	A	Remorini, Carolina.	2015	El papel de los niños en la obtención, elaboración, circulación y consumo de alimentos en comunidades Mbya (Argentina)	Comunidades Ka'aguy Poty; Yvy Pytã	Argentina/Misiones
9	REDALY C	A	Felipim, A. P.	2001	O sistema agrícola <i>guarani mbyá</i> e seus cultivares de milho: um estudo de caso	Aldeias Pakurity/ Rio Branquinho/ Pindoty/ Peguaoty/ Aguapéu/ Araponga/ Parati-Mirim	Brasil/SP

QUADRO 1. CARACTERIZAÇÃO DA LITERATURA SELECIONADA							
	Base	Tipo	Autor(es)	Ano	Título da publicação	Território	País/Estado
10	BDTD	D	Tempass, M. C	2005	Orerémbiú : a relação das práticas alimentares e seus significados com a identidade étnica e a cosmologia Mbyá-Guarani	Aldeia Itapuã/Pindó Mirim	Brasil/RS
11	BDTD	D	Maymone, C. M.	2017	Tradição como transformação: práticas e conhecimentos sobre alimentação entre os Guarani da Tekoa Pyau	Aldeia Tekoa Pyau	Brasil/SP
12	BDTD	D	Gabriel, V. A.	2016	Mbyá-guarani, alimentação e identidade no território:a Aldeia Vya , Major Gercino (SC)	Aldeia V'ya	Brasil/SC
13	BDTD	T	Silveira, Nadia Heusi	2011	Imagens de abundância e escassez: comida Guarani e transformações na contemporaneidade	Aldeia Tekoa Marangatu	Brasil/SC

Quadro 1: Caracterização primária da literatura selecionada

Fonte: Elaborado pela autora

QUADRO 2: SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS TERRITORIAIS					
Nº da publicação	Nome do Território	País/Estado	Situação Fundiária	Sobreposição com UC	Nome da UC
1	Aldeia do Karugá	Brasil - PR	Em estudos	S	Área de Preservação Ambiental (APA) da Bacia do Iraí
2	Aldeia Tekoa Marangatu	Brasil - SC	Em estudos	N	N
3	Aldeia V'ya	Brasil - SC	Reserva Indígena	N	N
4	T.I Ilha da Cotinga	Brasil/PR	Regularizada	N	N
6	Terra Indígena Itamarã	Brasil/PR	Homologada	N	N
7	T.I. Araçai	Brasil/PR	Em estudos	S	Área de Preservação Ambiental (APA) da Bacia do Iraí
7	T.I. Pindoty	Brasil/SC	Declarada	N	N
8	Comunidade Ka'aguy Poty	Argentina/Misiones	Posse de terra reconhecida e registrada	S	Parque provincial Salto Encantado del Valle del Arroyo Cuñá Pirú
8	Comunidades Yvy Pytã	Argentina/Misiones	Posse de terra reconhecida e registrada	S	Parque provincial Salto Encantado del Valle del Arroyo Cuñá Pirú

QUADRO 2: SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS TERRITORIAIS					
Nº da publicação	Nome do Território	País/Estado	Situação Fundiária	Sobreposição com UC	Nome da UC
9	Aldeia Pakurity	Brasil/SP	Delimitada	S	PE da Ilha do Cardoso e APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe
9	Aldeia Rio Branquinho	Brasil/SP	Delimitada	S	PE Lagamar de Cananéia e APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe
9	Aldeia Pindoty	Brasil/SP	Delimitada	S	APA Cananéia Iguape Peruíbe
9	Aldeia Peguaoty	Brasil/SP	Delimitada	S	PE Nascentes do Paranapanema; PE Carlos Botelho; PE Intervalos e APA Serra do Mar
9	Aldeia do Aguapéu	Brasil/SP	Regularizada	S	PE Serra do Mar
9	Aldeia de Araponga	Brasil/RJ	Regularizada	S	Parque Nacional Serra da Bocaina; Área de Proteção Ambiental Cairuçú
9	Aldeia Parati-Mirim	Brasil/RJ	Regularizada	S	Área de Proteção Ambiental Cairuçú
10	Aldeia Pindó Mirim	Brasil/RS	Em estudos	S	Parque Estadual de Itapuã

Quadro 2: Sistematização dos dados territoriais das literaturas

Fonte: Elaborado pela autora

QUADRO 3: DESCRIÇÃO DE TODAS AS ESPÉCIES					
Espécie	Qtdd	Espécie	Qtdd	Espécie	Qtdd
Abacate (<i>Persea americana</i>)	2	Cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>)	2	Mandioca (<i>Manihot esculenta</i>)	14
Abacaxi (<i>Ananas comosus</i>)	3	Cenoura (<i>Daucus carota</i>)	6	Manga (<i>Mangifera indica</i>)	1
Abóbora (<i>Cucurbita spp.</i>)	8	Chuchu (<i>Sechium edule</i>)	1	Manjerona (<i>Origanum majorana</i>)	1
Acerola (<i>Malpighia emarginata</i>)	1	Coco (<i>Cocos nucifera</i>)	1	Maracujá (<i>Passiflora edulis</i>)	1
Açúcar (<i>Saccharum spp.</i>)	11	Couve (<i>Brassica oleracea</i>)	1	Melancia (<i>Citrullus spp.</i>)	11
Alface (<i>Lactuca sativa</i>)	4	Erva mate (<i>Ilex paraguariensis</i>)	8	Melão (<i>Cucumis melo</i>)	1
Alho (<i>Allium sativum</i>)	2	Ervilha enlatada (<i>Pisum sativum</i>)	2	Milho (<i>Zea mays</i>)	47
Ameixinha (<i>Prunus spp.</i>)	1	Espinafre (<i>Spinacia oleracea</i>)	1	Moranga (<i>Cucurbita spp.</i>)	1

Amendoim (<i>Arachis hypogaea</i>)	13	Farinha de trigo (<i>Triticum spp.</i>)	8	Óleo de soja (<i>Glycine max</i>)	3
Amora (<i>Morus alba</i>)	1	Feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>)	22	Palmito (spp?)	2
Araçá (<i>Psidium cattleianum</i>)	3	Feijão de corda (<i>Vigna spp.</i>)	4	Pêssego (<i>Prunus persica</i>)	1
Arroz (<i>Oryza sativa</i>)	10	Framboesa (<i>Rubus idaeus</i>)	1	Pimentão (<i>Capsicum annuum</i>)	3
Banana (<i>Musa spp.</i>)	9	Gabiroba (<i>Campomonesia adamantium</i>)	0	Pindó (<i>Syagrus romanzoffiana</i>)	4
Batata Doce (<i>Ipomoea batatas</i>)	24	Goiaba (<i>Psidium guajava</i>)	3	Pinhão (<i>Araucaria angustifolia</i>)	1
Batata Inglesa (<i>Solanum tuberosum</i>)	3	Grão de bico (<i>Cicer arietinum</i>)	1	Pitanga (<i>Eugenia uniflora</i>)	4
Beterraba (<i>Beta vulgaris esculenta</i>)	4	Guaimbé (<i>Philodendron bipinatifidum</i>)	1	Repolho (<i>Brassica oleracea</i>)	4
Butiá (<i>Butia spp.</i>)	1	Guaporaitã (spp?)	1	Salsão (<i>Apium graveolens</i>)	1
Cabaça/Porunga Rasteira (<i>Lagenaria spp.</i>)	1	Jabuticaba (<i>Plinia cauliflora</i>)	2	Salsinha (<i>Petroselinum crispum</i>)	5
Cafê (<i>Coffea arabica</i>)	4	Jaracatiá (<i>Jacaratia spinosa</i>)	2	Sorgo sacarino (<i>Sorghum spp.</i>)	1
Capim limão (<i>Cymbopogon citratus</i>)	1	Laranja (<i>Citrus sinensis</i>)	6	Tangerina (<i>Citrus reticulata</i>)	1
Caqui (<i>Diospyros spp.</i>)	1	Limão (<i>Citrus limon</i>)	4	Tomate (<i>Solanum lycopersicum</i>)	5
Cará (<i>Dioscorea Alata</i>)	1	Maçã (<i>Malus domestica</i>)	2	Uva (<i>Vitis sp.</i>)	2
Carambola (<i>Averrhoa carambola</i>)	1	Mamão (<i>Carica papaya</i>)	3		
Cebola (<i>Allium cepa</i>)	4	Mamãozinho (<i>Jacaratia spinosa</i>)	3		

Quadro 3: Descrição de todas as espécies levantadas

Fonte: Elaborado pela autora

PARECER FINAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTAÇÃO REMOTA

Discente: ISABELLA POLLI CAMPOS ANDRADE

Título: "Alimentos Guarani Mbyá na América Latina: uma Revisão Integrativa"

Orientador: Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Curso/Habilitação: Bacharelado em Ciências Biológicas/ Gerenciamento Costeiro

COMISSÃO EXAMINADORA	CONCEITO
Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo	APROVADA
MSC. Mariany Martinez dos Santos	APROVADA

CONCEITO FINAL:

A Comissão Examinadora abaixo assinada conclui que a discente **Isabella Polli Campos Andrade** obteve o seguinte conceito:

APROVADO

REPROVADO

São Vicente, 23 de fevereiro de 2022.



Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo
(Orientador)



MSC. Mariany Martinez dos Santos